

Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira

MIRIAM ABRAMOVAY
MARY GARCIA CASTRO

■ Juventude é um conceito, segundo Margullis y Urresti (1996¹), esquivo. É uma construção histórica e social e não meramente uma condição etária, parte de um determinado ciclo de vida. Cada época e cada cultura postulam diferentes maneiras de ser jovem, sobredeterminadas por dentro de situações sociais e culturais específicas.

À definição, de caráter biopsicológico, devem se agregar outras dimensões de análise que ressaltem a heterogeneidade presente na vivência da juventude de acordo com variados contextos e circunstâncias. Isso equivale a dizer que as experiências, representações e significados que definem a juventude não são únicos e, portanto, “nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo” (UNESCO, 2004).

No ano de 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas apresentou uma definição na qual o jovem seria o indivíduo que pertence ao grupo populacional localizado entre 15 e 24 anos. Essa identificação, no entanto, admite certa flexibilidade, estendendo a faixa etária definida tanto na direção da idade mínima como no sentido de ampliar os limites pré-estabelecidos. Dessa forma, por exemplo, a idade pode ser deslocada para incluir o grupo de 10 a 14 anos, incluindo também referência a áreas rurais e de extrema pobreza. No Brasil, vem considerando para

1 MARGULIS. M. Y URRESTI M (Org.). *La juventud es mas que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Ayres, Editorial Biblos, 1996.

fins de políticas como jovens aqueles indivíduos entre 15 e 29 anos pertencentes a todos os estratos da sociedade².

Parte-se da afirmação de que não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade. A juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico entre outras. Ressalta-se que o emprego do termo juventudes no plural, antes de patrocinar uma perspectiva fracionada, na qual aparecem modelos de jovens separados, sinaliza a existência de elementos comuns ao conjunto dos jovens.

As diferentes juventudes não são “estados de espírito” e sim uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, fases, uma época que passa cuja duração não é para sempre, ou seja, uma geração. Depende, fundamentalmente, de suas condições materiais e sociais, de seus contextos, de suas linguagens e formas de expressão. Nos últimos anos, a condição juvenil foi prolongada, tanto pela maior permanência no sistema educacional como pela dificuldade de ingressar no mercado de trabalho e com isso adquirir autonomia e independência econômica, inclusive para a constituição de nova família (UNESCO, 2004).

Juventude é considerada também como um valor positivo: um ideal, uma estética desejada pela maioria, um valor simbólico associado à beleza, o que faz com que a sociedade possa comercializar os seus diversos atributos, em forma de mercadorias, em que a imagem se compra e se vende, intervém no mercado do desejo como veículo de distinção e legitimidade (Margulis E Urresti, 1996).

Se pensarmos a proporção da atual população jovem a nível mundial, suas especificidades e importância qualitativa e quantitativa enquanto grupo social específico, que hoje chega a cerca de 1,7 bilhões de jovens, e que enfaticamente nos países em desenvolvimento reúnem 85% dessa população mundial; torna-se fundamental reconhecer a necessidade de um projeto de sociedade não somente de vida específico inclusivo para os jovens, (Delors, 2001) mas que os considerem como sujeitos com direitos próprios e de participar de forma mais incisiva

2 Segundo a Política Nacional de Juventude, a juventude é uma condição social parametrizada por uma fixa etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre 15 e 29 anos. Nesse caso podem ser considerados jovens os “adolescentes – jovens (15-17 anos), os jovens – jovens (18-24 anos) e os jovens – adultos (25- 29 anos)”.

nos destinos, ou por outros destinos, da nação e com condições de modelar suas histórias de vida.

Há cinco elementos cruciais para a definição da condição juvenil em termos ideais-objetivos, quais sejam (UNESCO, 2004):

- A obtenção da condição adulta, como uma meta;
- A emancipação e a autonomia, como trajetória;
- A construção de uma identidade própria, como questão central,
- As relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos.
- As relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.

Portanto, os jovens possuem uma importância crucial para o entendimento das sociedades modernas, o seu funcionamento e suas transformações. Entender a juventude é compreender a própria modernidade em diversos aspectos como a arte, a cultura, o lazer e o consumo, entre outros.

I. PERFIL DE JUVENTUDES NO BRASIL HOJE – ALGUMAS DIMENSÕES³

■ Segundo o último censo de população, de 2010, chega a 51 350 478 milhões os que estão entre 15 a 29 anos, o que representa um pouco mais de um quarto da população total (52,4%).

A população jovem se concentra na área urbana. De cada 10 jovens, cerca de 8 vivem nas cidades. Na zona urbana metade é feminina, já rural, elas são um pouco menos representadas (47%).

Considerando a situação educacional tem-se que houve melhoras nos últimos 10 anos, mas ainda há dados preocupantes, em especial quando se considera raça/cor, gênero, classe social e distribuição regional. Por exemplo:

- Por região são diferentes os perfis educacionais. Considerando-se os jovens que no Brasil tem pelo menos 4 anos de escolaridade, tem-se que nas regiões Norte e Nordeste em 2012 eram 86% do total dos jovens, já nas regiões Sul e Sudeste, 95%;

3 As informações desta parte constam de trabalho de Weissfelsz, Júlio (2015), a ser publicado; sendo desse Autor o processamento dos micros dados a partir da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, PNAD/IBGE 2012.

- Por sexo se tem que os rapazes têm níveis mais baixos entre os sem instrução/analfabeto até o Ensino Médio Incompleto. Já a partir do Ensino Médio Completo, isto é, nos níveis mais elevados de escolarização, há mais jovens mulheres que homens;
- Mas a relação entre rendimentos e escolaridade é mais desfavorável para as jovens mulheres. Assim, no grupo dos analfabetos/sem instrução, a renda das mulheres é menos da metade da dos homens. Tal desigualdade entre o que ganham os jovens homens e as jovens mulheres se mantém mesmo quando se considera aquele grupo de 18 a 29 anos com escolaridade de nível superior. Em 2012, a renda média mensal das jovens nessa situação era um pouco mais de R\$ 1 900,00 e dos jovens cerca de R\$ 2 800,00;
- Do total de 10,4 milhões de jovens de 15 a 17 anos estimados para 2012 no país, 84,2% frequentavam a escola, restando ainda 1,5 milhões fora das salas de aula;
- Em 2012, somente pouco mais de 10% dos jovens de 25 a 29 anos ainda continuavam os estudos. Só 14,2% dos 15,9 milhões de jovens dessa faixa etária completaram o ensino superior;
- O uso da internet vem crescendo no país. Em 2008 eram 52,8% os jovens usuários de internet, em 2012 passaram para 69,7%. Contudo segundo análise de Waisselisz (ver nota 1) “os 10 % mais ricos ainda acessam duas vezes mais [a internet] que os 40% mais pobres”.

Quanto à situação ocupacional em 2012, considerando pesquisa da Fundação Perseu Abramo, focalizando regiões metropolitanas tem-se que “36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados; na média, os jovens demoram 15 meses para conseguir o primeiro emprego ou uma nova ocupação, nas regiões metropolitanas. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementa a renda familiar” (Botelho, 2013⁴).

Sexo/gênero é inscrição identitária ressaltada nas análises sobre mercado de trabalho, e a população juvenil corrobora a preocupação expressa em tantas análises, ou seja, que com a maior probabilidade as jovens tenham menos oportunidade de engajamento em trabalhos remunerados ou considerados ‘ocupações’, por injunções tanto no mundo público como no privado, o trabalho doméstico

4 BOTELHO, Joaquim, “Os Jovens e o mercado de trabalho” -<http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/palavra/jbotelho/ge140202.htm>-consultado em 17.08.2014.

e o cuidado dos filhos na família. Tem propriedade em 2012 a célebre reflexão de Souza-Lobo (2011⁵) em estudo sobre o mercado de trabalho e gênero nos anos 1990: “a classe operária tem dois sexos”. As taxas de ocupação juvenil por sexo⁶ são bastante mais baixas para as mulheres em todas as unidades territoriais, em comparação àquelas registradas para os jovens. Em nível de Brasil há cerca de 30% menos mulheres jovens que homens ocupados e em todos os estados das regiões Norte, Nordeste e no estado do Mato Grosso (Centro Oeste) as distâncias por sexo são bem maiores que 30% e negativas para as mulheres jovens.

A PNAD 2012 registrou um total de 48,9 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos de idade. Desse total, a maior parte: 44,1% só trabalhava, 13,3% estudava e trabalhava, e parcelas semelhantes só estudava: 21,9%, ou não estudava nem trabalhava: 20,7%. Esses vêm sendo conhecidos como os “nem nem”.

A proporção de jovens ‘nem nem’ varia de 28,5% em Alagoas até 14,1% em Santa Catarina. Pouco acima ou pouco embaixo da média nacional de 20,7%, mas representando em todos os estados um enorme contingente de jovens que não encontra, ou não procura, modos de inserção em atividades de trabalho remunerado. Ainda segundo Waiselfisz (ver nota 1): “68,5% dos jovens que não estudam nem trabalham de 15 a 29 anos de idade encontram-se concentrados entre os 40% mais pobres”

No plano das violências são impressionantes as estatísticas sobre homicídios dos jovens. Segundo o “Mapa da Violência. Crianças e Adolescentes no Brasil, 2012” (Waiselfisz, 2012), o Brasil, em 2009, continuava ostentando a posição de quarto país no mundo quando classificado por crianças e adolescentes (10 a 14 anos) mortos por homicídio- 3,4 por 100.000 pessoas naquela faixa etária. Se a faixa considerada são pessoas em idades jovens (15 a 24 anos), no contexto internacional, o Brasil ocupava a sexta posição, tanto no total de homicídios, quanto nos homicídios juvenis, nos 100 países que apresentavam dados oriundos da Organização Mundial da Saúde. Segundo Waiselfisz, (2011, p. 154):

Continua a crescer a vitimização juvenil por homicídios [considerando o período 1998-2008]. Se em 1998 a taxa de homicídios de jovens era 232% maior que a taxa de homicídios da população não jovem (menos de 15 e mais de 24 anos de idade), em 2008 as taxas juvenis já são 258% maiores. Se essa é a média nacional, há ainda

5 SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe Operária tem dois sexos. Trabalho. Dominação e Resistência*, Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2011 (segunda edição); 1992 (primeira edição).

6 Taxa de ocupação juvenil = Proporção de jovens que trabalham / total de jovens

as Unidades Federadas com índices de vitimização acima de 300%. Ou diversos estados com jovens representando mais da metade das vítimas de homicídio.

Violência e segurança são temas que vêm mais capitalizando debates e denúncias de pesquisadores e movimentos sociais hoje no Brasil, e a vitimização de jovens negros, sua representação entre os que matam e principalmente entre os que mais morrem, inclusive por ação do próprio sistema de segurança, a polícia, ou seja, por um tipo de racismo institucionalizado, viria sendo visibilizada, indignando muitos, mas, já fazendo parte de um cenário brasileiro banalizado.

No “Mapa da Violência 2011: Jovens no Brasil” (Waiselfisz, 2011), indica-se que a vitimização dos negros, por homicídios, viria aumentando:

Para cada branco assassinado em 2008, morreram, proporcionalmente, mais de dois negros nas mesmas circunstâncias. Pelo balanço histórico dos últimos anos, a tendência desses níveis pesados de vitimização é crescer ainda mais. (Waiselfisz, 2011- p. 57-63):

Em 2011 – para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros.

Entre 2011 a 2012 – as taxas negras aumentam de 74,1 em 2011 para 80,7 em 2012: crescimento de 8,9%. As brancas também crescem, mas com ritmo menor: 4,7%”. (Waiselfisz, 2014, p. 124).

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE (PPJS)

■ No Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, a população jovem é a de 15 a 29 anos, levando em conta o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir principalmente o primeiro emprego, o que implica na necessidade de mais proteção social quanto a vulnerabilizações e a ideia de que em tal faixa de idade não se deveria precisar trabalhar mas estar apenas estudando para conseguir melhor colocação na vida e ter mais tempo para formação, ou em trabalhos que colaborassem na formação dos jovens de forma gratificante.

O Quadro 1, a seguir, tem como fonte site da Secretaria Nacional de Juventude:

QUADRO 1. Política Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude

“O Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, que já demonstraram determinação em assegurar seus direitos e ocupar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento do país. Hoje, apesar dos avanços que a juventude vem conquistando, não só no Brasil, mas em diversos países, sabemos que muitos dos mais de um bilhão de jovens do Planeta permanecem sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, sem falar dos direitos específicos, pelos quais vêm lutando, de forma cada vez mais expressiva nos últimos anos. [...] A juventude foi inserida na Constituição Federal, por meio da Emenda 65/2010, e conseguimos avançar na institucionalização da PNJ com a criação de órgãos e conselhos específicos nos estados e municípios, além de colocar na pauta do Congresso Nacional os marcos legais, com a discussão do Estatuto e do Plano Nacional de Juventude.

Apesar dessas conquistas o Brasil ainda precisa dar respostas a problemas não totalmente solucionados, como o desemprego juvenil, que afeta não só os jovens brasileiros, mas do mundo inteiro. Combater o desemprego e assegurar o trabalho decente para os jovens é um dos desafios da agenda governamental. Nessa mesma pauta, incluímos o compromisso com a educação de qualidade, a saúde integral, o acesso à cultura, esporte e lazer, tempo livre e o direito à participação, além de um item que requer atenção ainda mais especial por parte do poder público, que é o enfrentamento à violência contra a juventude, em especial, contra os jovens negros, as principais vítimas da violência no país.”

(In: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso em 26.5.2013)

Segundo Abad (2003, citado por Sposito e Carrano (2003), os modelos de políticas públicas de juventudes nos países latino-americanos apresentam características comuns, sendo que as primeiras ações (entre 1950 e 1980) que abarcavam a juventude eram voltadas para a ampliação da educação e o uso do tempo livre. Entre 1970 e 1985 as políticas buscavam o controle social de setores juvenis mobilizados, como o movimento estudantil e os movimentos contra as ditaduras no continente. Entre 1985 e 1990 as ações buscavam enfrentar a pobreza e a prevenção do delito. Já entre 1990 e 2000 o foco das políticas passa a ser a inserção laboral dos jovens tidos como excluídos ou considerados em situação de vulnerabilidade social.

Abad (2003) observa que as políticas oscilavam entre as representações dos jovens como “problemas sociais”, considerados, portanto, como objetos de atenção, que precisavam ser contidos ou necessitavam de proteção, descuidando-se, portanto, do “empoderamento” dos jovens, ou lhes dar condição para o exercício da autonomia e participação. Ainda hoje, embora nas políticas para jovens se perceba um avanço com o destaque da tônica por considerar os jovens como sujeitos de direitos, muitas vezes tais políticas se descuidam da importância de colaborar para que os jovens possam participar tanto da elaboração, como do acompanhamento crítico das ações do Estado, seus aparatos, como a escola, e do mercado, em particular daquelas que os têm como explícito fim.

A perspectiva que destaca os jovens como ameaça à paz social, como seres desviantes que precisam ser controlados ou como seres em formação que necessitam de auxílio para se desenvolverem, sob um viés assistencialista, é parte de um inconsciente coletivo que se reflete em ações do Estado. Nesta linha de “salvação dos jovens” (Silveira, 2009), surge o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso, voltado para as questões de segurança no combate à criminalidade, ao tráfico de entorpecentes e à violência. Aqui, o controle dos jovens se daria pela repressão e contenção, e não pela prevenção e atenção às condições de saúde.

Para Novaes (2014) as primeiras questões relacionadas com as PPJs surgem através de organismos internacionais, ONGs, movimentos de juventudes, mas as propostas nessa época giravam em torno ainda de políticas de prevenção para “ressocializar”. Os jovens que cometiam algum tipo de delito sendo projetos e programas de contenção da violência.

Ainda naqueles anos- primeiro quinquênio dos anos 2000, os grupos juvenis aparecem de forma mais contundente para pressionar o poder público com suas reivindicações que contemplavam ações que iam além de políticas compensatórias.

Segundo Messina. (2014) vários eventos marcaram os anos 90 como o I Encontro Nacional de Técnicos de Juventude, A Assessoria de Juventude do Ministério de Educação, o Departamento de Pesquisa da UNESCO e o I festival de Juventude. O ano 2000 consolidou as PPJs com a criação da Secretaria de Juventude, o Conselho de Juventude e o ProJovem, além das Conferências de Juventude, onde os jovens de todo o Brasil foram mobilizados com pautas sobre os seus problemas e reivindicações.

No entanto muitos são os problemas existentes e aterrissamos no estatuto da Juventude para exemplificar com algumas questões que as PPJs não puderam superar. Segundo Simões 2014, o Estatuto da Juventude foi discutido e negociado durante vários anos- começou a ser discutido em 2004 – e aprovado com vários problemas e lacunas dez anos depois. No Brasil houve uma inversão do processo. Primeiro foi apresentada uma política de juventude muito focada na questão do envolvimento juvenil com a violência para depois surgir à legislação mais específica.

Para a UNFPA (2010) o Estatuto não propõe a solução dos problemas a partir dos próprios jovens e muitas das questões relacionadas aos direitos huma-

nos não são aí tratadas. Ou seja, não se aplica a “proteção integral” às juventudes brasileiras.

Como descreve Simões (*op.cit*) a idade dos jovens foi apontada como um dos principais problemas e em 2004 pela justificativa da relatora, Manuela D’Avila foi reconhecido jovem os indivíduos de 15 a 29, sendo 15-17 jovem-adolescente; 18-24 jovem-jovem; e de 25-29 jovem-adulto.

Não houve consenso quanto a questões relacionadas à sexualidade, tanto a proteção e orientação quanto ao sexo seguro e quanto ao acompanhamento integral às jovens grávidas (p. 16) assim como o tema sobre emprego (p. 17), já que há uma ausência na legislação trabalhista dos jovens de 18-24 anos, o que dificulta a superação de situações de desemprego. Outro tema que não aparece no Estatuto de acordo com Simões (p. 18) é a questão do pós-encarceramento dos jovens e sua ressocialização para não se entrar em debate e em conflito com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o que foi uma questão durante todos os anos de discussão. O terceiro tema que se exclui no Estatuto é a questão do homicídio dos jovens, principalmente dos jovens negros no Brasil.

Foi fundamental a aprovação do Estatuto no Brasil – aliás, um dos únicos países na América Latina onde não existia, no entanto há ainda muito para se avançar quanto aos direitos das juventudes. Esta discussão não pode se dar sem uma maior participação de nossa juventude em todos os processos e a todos os níveis.

3. DESAFIOS E POTENCIALIDADES: EM SÍNTESE

■ Nos quadros a seguir, desafios para reconhecimento dos direitos humanos e para políticas e potencialidades dos jovens, hoje:

DESAFIO I. Concepção de Juventude

1. Não conceber os jovens como atores com identidade própria (geralmente são vistos como adultos, ou crianças, ou adolescentes);
 2. Não se considerar a diversidade entre juventudes segundo condições de vida, discriminações, necessidades e projetos e o que tem em comum;
 3. Não ouvir os jovens. O jovem, como o outro construído – Pensar a juventude por dualismos “adulocrata” e maniqueístas; provocando-se antagonismos intergeracionais;
 4. Desconsiderar direitos humanos singulares a jovens, como os de estudar, divertir-se, ter espaço para adrenalina e libido, busca por reconhecimento, direito de inventar direitos, e à construção de autonomia.
-

DESAFIO 2. Realidade Brasil da Juventude/ de Juventudes

Em 2009:

- 30,6% viviam em famílias com menos de 3 salários mínimos de renda domiciliar;
 - 15,7% em famílias com renda domiciliar per capita superior a 2 salários mínimos;
 - 34% (7,9 milhões) frequentavam a escola;
 - 5% (753,4 mil) eram analfabetos;
 - 30% (5,4 milhões) não haviam concluído o ensino fundamental;
 - 3,5% (547 mil) haviam cursado só um ano do ensino superior.
-

Fonte: IBGE, PNAD 2009; Censo 2010.

DESAFIO 3. Violência

- As curvas ascendentes de violência e criminalidade constituem um problema crítico do século XXI, tão mais grave, na medida em que além de afetar a integridade física, emocional e patrimonial de indivíduos, também coloca em questão a noção de cidadania e o próprio papel do Estado.
 - O Brasil, com referência aos homicídios de jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade, ocupa a 7ª posição entre os 95 países do mundo EM 2012.
 - A taxa de homicídio entre os jovens é 547 vezes maior que Hong Kong; 273 vezes superior à Inglaterra e Japão; 137 vezes maior que Alemanha e Áustria.
-

DESAFIO 4. Cultura de Violências

- Existe na nossa sociedade uma cultura da violência, alimentada pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada.
 - A cultura da violência expõe os indivíduos a constantes danos físicos e morais, pressupõe que somente a força resolve os conflitos do cotidiano. Assim se parte da ideia de que a violência é um fenômeno inevitável e faz parte de nossas vidas.
-

DESAFIO 5. Contexto Global – Jovens e o Mundo Espetáculo

- Os jovens vivem, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, as quais afetam, de modo indelével, sua forma de estar, de viver o ser jovem e transição para a vida adulta.
 - Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar aspirações que, muitas vezes, deságuam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria –, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e o acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis.
-

Potencialidades dos Jovens Hoje

- Rebeliões sobre estereótipos, tabus, preconceitos;
 - Vontade de saber e construir o novo;
 - Busca por autonomia e por participação crítica, curiosidade e adrenalina;
 - Orientação gregária – fratris (grupos de amigos);
 - Apelo para diversas linguagens, como as TICs (novas tecnologias de informação) e artes; trânsitos entre vários tipos de organização (movimentos sociais e ONGs, inclusive partidos) recorrendo a culturas juvenis;
 - Buscam autonomia, mas exigem redes de proteção social;
 - Mobilização – Participação política, buscas por formas diversificadas de fazer política.
-

Muitos jovens no Brasil hoje existem e não existem, ou deixam de existir, sem que se dê muita conta, mas a juventude é uma potencialidade. Ser jovem potencializa questionar projetos políticos-culturais que sufocam transformações, ainda que não necessariamente todos os indivíduos em idades jovens busquem mudanças, e por outro lado nem todos etariamente jovens podem ser jovens.

Insiste-se (desde 2003) sobre a importância de se vir a contar com políticas de/para/com juventudes:

- DE – reconhecimento da diversidade de direitos e de necessidades singulares; papel estratégico dos jovens; da municipalização – do local; da família e da fratria-papel estratégico em determinados ciclos; da escola- considerando efetividade da autonomia juvenil e qualidade dos projetos, serviços para jovens;
- PARA – lugar do Estado, questionamento do Estado mínimo, responsabilidades sociais para com os jovens – sustentabilidade civilizatória. Crítica ao alcance das leis de mercado;
- COM – construção de cidadania ativa, participação; ênfase na relação entre jovens e entre gerações; papel pedagógico de pares e do controle e avaliação de políticas por jovens (Castro; Abramovay, 2003; UNESCO, 2004 in Castro, Abramovay e Carvalho, 2013⁷).

MIRIAM ABRAMOVAY · Socióloga; pesquisadora; Coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO-Brasil, membro do NPEJI (Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Culturas e Cidades) – CNPq/UCSAL; Doutora em Educação pela Universidade de Lyon 2 – França e Pós-Doutoranda da CLACSO (Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud).

MARY GARCIA CASTRO · PhD em Sociologia pela Universidade da Florida; Professora na Universidade Católica de Salvador (UCSAL) – Programa Mestrado e Doutorado Família na Sociedade Contemporânea e Mestrado e Doutorado em Política Social e Cidadania; Co-Coordenadora do NPEJI/UCSAL – CNPq -Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades e Cidadania; pesquisadora da FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasil. –Brasil. Pesquisadora bolsista do CNPq.

7 CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M e CARVALHO, L.T. “Juventudes e Políticas Públicas-Questões”. In: MOREIRA, Lucia Vaz de Campos (org). *Psicologia, Família e Direito. Interfaces e Conexões*. Ed. Jurua, Curitiba, 2013, p. 225-244.

REFERÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DE OUTRAS LEITURAS SOBRE O TEMA

ABAD, M. Las políticas de juventud en Colombia. In: LEON, O. D. (org.). *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. CIDPA: Viña del Mar, 2003.

ABRAMOVAY, M.; et al. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: RITLA, SEDF, 2009.

ABRAMOVAY, M. (coord.); CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, J. J. *Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?* Brasília: FLACSO, MEC, 2014 – no prelo.

ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. (org.) *Juventude, Juventudes, o que Une e o que Separa*. Brasília, UNESCO, IBOPE, 2006.

ABRAMOVAY, M. et al. *Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos*. Brasília, SDH/PR, 2010.

ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BOTELHO, J. *Os Jovens e o mercado de trabalho*. In: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/guia-deempregos/palavra/jbotelho/ge140202.htm>

BOZON, M. A Nova Normatividade das Condutas Sexuais ou a Dificuldade de dar Coerência às Experiências Íntimas. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M. e KNAUTH, D. R. (org.). *O Aprendizado da Sexualidade. Reprodução e Trajetórias Sociais de Jovens Brasileiros*. São Paulo. Ed Garamond, 2006, p 119-150.

CAMARANO, A. A. (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Brasília, IPEA: 2006.

CASTRO, M G; ABRAMOVAY, M e SILVA, L. B da. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília, UNESCO, 2004.

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M.; CARVALHO, L.T. Juventudes e Políticas Públicas-Questões. In: MOREIRA, L. V. de C. (org). *Psicologia, Família e Direito. Interfaces e Conexões*. Ed Jurua, Curitiba, 2013, p. 225-244.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. *Quebrando Mitos. Juventude, Participação e Políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude*. Brasília, Conselho Nacional de Juventude, Secretaria Nacional de Políticas para Juventude – Governo do Brasil, 2009.

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: CONJUVE, 2006.

DAYRELL, J. A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização Juvenil. In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 28, n. 100, Out. 2007.

MARGULIS. M. y URRESTI M. (Org.). *La juventud es mas que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Ayres: Editorial Biblos, 1996.

MESSINA, V. B. O Jovem como Protagonista das Políticas Públicas. In mimeo. Trabalho apresentado no Seminário Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e no caribe. Escola MOST/ UNESCO, 2014.

NOVAES R. *As Juventudes e a luta por direitos*. Le Monde Diplomatique Brasil 2014. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>. Acesso em 12 fevereiro 2015.

NOVAES, R. Trajetórias juvenis: desigualdades sociais frente aos dilemas de uma geração In: *Textos Complementares para a Formação de Gestores*. Projovem Urbano. DF, 2008.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Trabalho decente e juventude-Brasil*. OIT, Brasília, 2009.

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997.

SILVEIRA, O. M. C. *O unicórnio e o rinoceronte: análise do Projovem a partir da percepção de seus beneficiários*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SIMÕES M. *Estatuto da Juventude no Brasil: (2004-2013)*. In mimeo. Trabalho apresentado no Seminário Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e no caribe. Escola MOST/ UNESCO, 2014.

SOUZA-LOBO, Elisabeth *A Classe Operária tem dois sexos. Trabalho. Dominação e Resistência*. 2ed. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2011.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P.C. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, set. dez, 2003.

TRINDADE, E e BRUNS, M A de Toledo. *Sexualidade de jovens em tempos de AIDS*, Campinas, Ed Átomo, 2003.

UNESCO (coord. ABRAMOVAY, M; CASTRO, M G); LIMA, F; PINHEIRO, L; RODRIGUEZ, E. *Políticas Públicas, de/para/com Juventudes*. UNESCO, Brasília, 2004.

UNFPA. *Direitos da População Jovem: um marco para o desenvolvimento*. 2 ed. Brasília: UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

WAISELFISZ, J J. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil e do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) – 15 a 29 anos de idade – trabalho em elaboração – versão preliminar – Secretaria Geral da Presidência da Republica*, 2015.

WAISELFISZ, J J. *Mapa da Violência 2012 – Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*. São Paulo: SANGARI, 2012. Disponível em: www.sangari.com

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*. FLACSO-Brasil, Rio de Janeiro, 2014.